



FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

OTÁVIO FERREIRA SANTOS MARTINS

A BELEZA TRANSCENDENTAL E SUA INFLUÊNCIA NO HUMANO ATRAVÉS DA
ARTE SACRA

Anápolis – GO

2021

OTÁVIO FERREIRA SANTOS MARTINS

A BELEZA TRANSCENDENTAL E SUA INFLUÊNCIA NO HUMANO ATRAVÉS DA
ARTE SACRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito complementar e obrigatório para a conclusão do curso de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms. Tobias Dias Goulão.

Anápolis – GO

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

OTÁVIO FERREIRA SANTOS MARTINS

A BELEZA TRANSCENDENTAL E SUA INFLUÊNCIA NO HUMANO ATRAVÉS DA
ARTE SACRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade Católica de Anápolis como
requisito complementar e obrigatório para a
conclusão do curso de Licenciatura em
Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms.
Tobias Dias Goulão.

Data de aprovação:

____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Anápolis – GO

2021

Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar, interroga a beleza do ar que se dilata e se difunde, interroga a beleza do céu, [...] interroga todas estas realidades. Todas elas te respondem: olha-nos, somos belas. Sua beleza é um hino de louvor (confessio). Essas belezas sujeitas à mudança, quem as fez senão o Belo (Pulcher), não sujeito à mudança?

(Santo Agostinho de Hipona)

RESUMO

Da antiguidade aos dias de hoje, os conceitos sobre a beleza, a sua essência e o seu lugar na vida humana, vem ocupando os estudos de grandes filósofos. Na Idade Média, esses juízos são aperfeiçoados, e a sua principal característica passa a ser instrumento de contemplação, levando o homem do imanente ao transcendente, desempenhando, assim, o papel de o conduzir ao seu fim último, que é a felicidade. A felicidade, por sua vez, ocorre quando o homem permite que suas faculdades repousem na Verdade, no Bem e na Beleza. Assim, com base na filosofia primeira, a arte torna-se um meio sensível para elevar o homem à beleza inteligível, que é própria da vida imaterial. Portanto, é necessário que o homem faça uso da beleza finita das criaturas para alcançar a Beleza Suprema, que é o próprio Criador.

Palavras-chave: beleza; transcendental; arte sacra; homem; Deus.

RIASSUNTO

Dall'antichità fino ad oggi, il concetto di bellezza, la sua essenza e il suo posto nella vita dell'uomo sono rimasti sotto l'attenzione degli studi di grandi filosofi. Medioevo i giudizi riguardo a questi temi sono perfezionati, e la loro caratteristica principale diventa quella di essere strumento di contemplazione, portando l'uomo dall'immanente fino al trascendente, svolgendo così il ruolo di condurre l'uomo al suo fine ultimo, che è la felicità. La felicità, a sua volta, avviene quando l'uomo fa riposare le sue facoltà nella Verità, nel Bene e nella Bellezza. Così, in base alla prima filosofia, l'arte diventa un mezzo sensibile per elevare l'uomo alla bellezza intelligibile, caratteristica della vita immateriale. Perciò è necessario che l'uomo faccia uso della bellezza finita delle creature per raggiungere la Bellezza Suprema, che è il Creatore stesso.

Parole chiavi: bellezza; trascendentale; arte religiosa; uomini; Dio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. OS TRASCENDENTAIS	10
1.1 NOÇÃO DE ENTE	10
1.2 OS ASPECTOS TRASCENDENTAIS DO ENTE.....	11
1.3 PROPRIEDADES TRASCENDENTAIS DO SER	12
1.4 A BELEZA TRASCENDENTAL.....	14
1.5 VISÃO OBJETIVISTA DA BELEZA.....	15
1.6 A PERCEPÇÃO HUMANA DA BELEZA	17
2. A ARTE	18
2.1 A FILOSOFIA E A ARTE	18
2.2 O QUE É ARTE?	19
2.3 AS ARTES POIÉTICAS	20
2.4 A ARTE E A BELEZA	22
2.5 AS ARTES DO BELO	23
3. ARTE SACRA	24
3.1 A ARTE E O SAGRADO	25
3.2 A ARTE COMO MEIO PARA O CULTO CRISTÃO.....	26
3.3 REPRESENTAÇÃO DAS IMAGENS	28
3.4 DEFINIÇÃO DE ARTE SACRA.....	28
3.5 DIFERENÇA ENTRE ARTE SACRA E ARTE RELIGIOSA	29
4. A INFLUÊNCIA NO HUMANO	30
4.1 A NECESSIDADE DO SER DIVINO.....	30
4.2 A BELEZA NATURAL QUE REVELA O SOBRENATURAL	32
4.3 O PRAZER DA CONTEMPLAÇÃO	33
4.4 DO IMANENTE AO TRASCENDENTE	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

São muitas as oportunidades racionais que se têm de ser conduzido ao Absoluto, como, por exemplo, o Primeiro Motor, a Causa Eficiente, o Ser Necessário, o Ser Perfeito e a Inteligência Ordenadora. Facilmente, se pode observar que, neste mundo, as realidades criadas têm diferentes graus de perfeição. O grau máximo de um gênero é a causa de todas as coisas desse mesmo gênero. Assim sendo, existe um Ser que é a causa da existência para todas as coisas com o máximo grau de perfeição – esse Ser é Deus (Suma Teológica I, q. 2, a. 3).

O homem, por sua vez, busca a sua perfeição máxima, no entanto, um ser só consegue chegar ao seu grau máximo de perfeição caso participe da Perfeição do Ser Perfeitíssimo, pois esse Ser é fonte geradora de todas as coisas, transcendendo, assim, a ordem natural do mundo devido a sua perfeição (Suma Teológica I, q. 2, a. 3).

Aristóteles (2015) ensina que todo homem tem, por natureza, o desejo de conhecer. E, ainda, o ser humano tem uma abertura a realidades que vão para além da sua dimensão física, como a verdade, a bondade e a beleza, que são transcendentais deste Ser Perfeitíssimo. A arte, por sua vez, é um desses meios que podem levar o homem a se encontrar com o seu Criador, por meio da contemplação do belo (MIRAVALLE, 2021).

No mundo contemporâneo, acaba-se perdendo a noção do aspecto realista das coisas, fazendo com que sempre se busque a utilidade imediata de tudo. De forma especial, isso acontece com a arte, pois a todo momento querem atribuir uma função para ela, quando, na verdade, as belas artes não trazem funções utilitaristas, a não ser, claro, a de proporcionar prazer e felicidade a quem a contempla (NOUGUÉ, 2018).

Uma obra artística, quando conduz ao bem e ao verdadeiro, tem a capacidade de despertar uma íntima emoção e sensação de alegria em quem a contempla, pois, tal bela arte, não fica apenas no sensível, mas pode comunicar uma mensagem transcendental e elevar a alma humana ao Ser Absoluto. Isto é, tem a capacidade de transcendência (NOUGUÉ, 2018).

Por sua vez, a obra de arte é fruto da criatividade do homem e, no âmbito cristão, é preciso que essas expressões artísticas elevem o homem à Beleza Suprema, que é o próprio Deus. Seja pelas elevadas colunas em uma catedral gótica, em uma rústica igreja romana, ou mesmo, quando se escuta uma música sacra, a alma humana deve elevar-se ao Transcendente, enchendo-se de desejo de uma vida contemplativa e, sobretudo, da plenitude de uma vida incorruptível (WOJTYLA, 1999).

No âmbito religioso monoteísta, por exemplo, no cristianismo, crê-se em um só Deus, mas que se manifesta em três pessoas, sendo que a segunda pessoa, o Verbo Encarnado, veio

ao mundo assumindo forma sensível, onde, através de sua humanidade, tornou visível o Deus invisível e, assim, fez possível o conhecimento análogo da representação de um mistério que está além das capacidades sensíveis do homem (WOJTYLA, 1999).

Por isso, é preciso redescobrir a importância da arte como um caminho de culto e, principalmente, para uma íntima relação com Deus. Portanto, ao contemplar uma arte sacra, o homem não deve fazer apenas como um ato cultural, mas, sobretudo, como um ato transcendental, que o auxilie em suas capacidades metafísicas.

O tema desta pesquisa aborda três áreas de estudo diferentes que se relacionam entre si, sendo elas: Metafísica, que tratará da beleza como um dos transcendentais do ser; a Filosofia da Arte, abordando os seus aspectos gerais e, mais especificamente, da Arte Sacra; e, por último, a Filosofia da Religião, que demonstrará os aspectos da influência da arte sacra no humano. Dessa forma, considerando o belo como um dos transcendentais do ser, o presente trabalho irá limitar-se a uma análise da transcendência do homem por meio da arte sacra e mostrar se a beleza tem influência em sua vida.

Nos capítulos seguintes, poderá ver uma análise do que significa um ser transcendental e, a partir disso, definir se o belo é ou não considerado como um dos transcendentais do ser. Posteriormente, será apresentado uma pesquisa sobre as artes, sobretudo, abordando as principais características da arte sacra. Por fim, se mostrará que na contemplação das artes sacras há, de fato, um impulso para reavivar uma união de intimidade da criatura com o seu Criador.

Tendo em vista que são muitos os assuntos a serem tratados e que são temáticas bem complexas, com muitas teorias divergentes, faz-se necessário a escolha de uma corrente filosófica que segue uma mesma linha, sendo ela o pensamento aristotélico-tomista. Assim, neste artigo, foi utilizado a doutrina de Santo Tomás de Aquino, grande filósofo do Período Medieval, como base fundamental para todo o trabalho.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em quatro seções principais e, dentro dessas seções, encontram-se subseções que ajudam a dividir e tratar melhor cada assunto proposto. Com isso, no final, poderá ter-se uma visão ampla de toda a temática e, assim, fazer uma ligação entre elas.

No primeiro tópico, a Metafísica de Santo Tomás de Aquino predomina, pois, neste trabalho, é ela quem define as características do ente, dos seus transcendentais e, por último, responde se a beleza é um transcendental por si só, ou, como defende alguns pensadores, se ela é apenas uma face do bem, que, por sua vez, é um dos transcendentais.

Na segunda parte, este artigo se detém em falar sobre a arte e as suas principais características, dando, assim, uma base sólida para entrar no terceiro ponto, que aborda os conceitos e finalidades da arte sacra.

O quarto tópico é o cume deste trabalho. É nele que se faz uma ligação entre todos os pontos abordados no tema deste artigo. Mediante o auxílio da Filosofia da Religião e do próprio Magistério da Igreja, com seus documentos já publicados, que se pode ver, de forma ampla, a importância da relação que essas três disciplinas – Metafísica, Filosofia da Arte e Filosofia da Religião – têm uma com a outra e qual o seu papel fundamental na vida prática do homem.

Por fim, levando em consideração tais aspectos, é perceptível elencar que a escolha do tema está ligada a esse estudo da capacidade transcendental do belo em conduzir o homem a Deus por meio das obras artísticas, demonstrando, assim, que a estética cristã possui veracidade contemplativa e pode ser um meio eficaz de ajudar as pessoas a entrarem em contato com o transcendente, que, por sua vez, é objeto finalístico da arte sacra.

1. OS TRANSCENDENTAIS

A primeira coisa que se conhece é o ente. Ou seja, ao conhecer algo, o que primeiro cai no intelecto é que esta coisa existe, que ela é. Assim, conhece-se o seu ser, ou, como também é dito, o seu ato de ser. Não se pode conhecer nenhuma perfeição que não esteja no ente, pois, fora dele, só existe lugar para o não-ser, ou seja, o nada (NOUGUÉ, 2018).

Os transcendentais, por sua vez, denotam aspectos que pertencem ao ente em si mesmo. Eles são chamados dessa forma porque acompanham qualquer ente. Desse modo, na medida em que alguma coisa é, pode ser chamada de boa, verdadeira, bela e una. Esses transcendentais são aspectos do ente. São noções que não acrescentam nada no ente enquanto tal, mas revelam certas perspectivas que a noção de ente por si só não pode revelar (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

1.1 NOÇÃO DE ENTE

No mundo em que vivemos, observamos várias coisas que nos permeiam, como, por exemplo: casas, pessoas, animais, árvores, rios, e tudo mais que podemos ver ao nosso redor. Num primeiro momento, boa parte delas podem não parecer ter uma relação entre si, no entanto, todas possuem algo em comum: “todas essas coisas ‘são’, de um modo ou de outro, todas são entes” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 187).

Santo Tomás de Aquino (apud NOUGUÉ, 2018, p. 457) define ente como “aquilo que em primeiro lugar o intelecto concebe como o mais evidente e no qual resolve todas as suas concepções”. Ou seja, o ente é a primeira realidade compreendida pelo intelecto do homem. O ente, por sua vez, não é uma noção genérica, vazia, sem fundamento, mas se conhece o ente sempre como alguma coisa. Dessa forma, todo ente é, é algo, é uma coisa. (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Na linguagem comum, usa-se “coisa” para indicar algo indeterminado. No entanto, na metafísica, usa-se “coisa” (*res*) para afirmar que tal ente tem uma essência, tem um significado concreto e real. Ou seja, o ente sempre é alguma coisa, indica o que existe, o que é real, algo que existe na realidade (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

As coisas *são* e, ao mesmo tempo, *são algo*, possuem uma determinada natureza. Ante a pergunta sobre *o que é* essa coisa, respondemos dizendo: é um livro, uma mesa, um cachorro. Esses nomes expressam *o que* as coisas são, isto é, sua essência, aquilo que os define, independentemente de outras determinações acidentais e mutáveis (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 37).

O elemento principal do ente é o seu ser. O ser compreende a totalidade do ente, dizendo que tudo o que há é e não existe nenhuma realidade que não seja, sem o ser não haveria nada. Desta maneira, “‘ente’ se toma do ato de ser, enquanto o nome ‘coisa’ expressa a quiddidade ou essência do ente” (AQUINO, apud NOUGUÉ, 2018, p. 457).

O ser é um ato e, por ato, em metafísica, não é simplesmente uma ação ou operação, mas entende-se como uma perfeição das coisas. O ser significa que a coisa ‘é’. É um ato constitutivo, que faz com que as coisas sejam (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014). Em suma, como explica Santo Tomás, “o ser em si é o mais perfeito de todos por atualizar a todos; pois, nenhum ser é atual senão enquanto existente. Por onde, o ser em si é o que atualiza todos os outros e, mesmo, as próprias formas” (Suma Teológica I, q. 4, a. 1).

Em suma, tudo o que existe é um ente e todo ser é. O ser, por sua vez, tem uma perfeição, pois, como explica o Doutor Angélico, “um ser é considerado perfeito na medida em que é atual; porque perfeito se chama aquilo ao que nada falta, nos limites da sua perfeição” (Suma Teológica I, q. 4, a. 1). Dessa forma, entende-se que existe um grau de hierarquia nos seres e, conseqüentemente, em seus graus de perfeição (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Uma cadeira e um homem, por exemplo, tem a sua perfeição pelo seu respectivo modo de ser. No entanto, hierarquicamente, o homem tem uma perfeição maior do que a cadeira, pois o seu ser é mais perfeito que o ser da cadeira. Assim, nem todos têm o mesmo ato de ser e, por isso, se diferem em sua perfeição. Como poderá ser visto adiante, os transcendentais são aspectos do ente, logo, eles também têm uma hierarquia na perfeição, de acordo com o seu ato de ser.

1.2 OS ASPECTOS TRANSCENDENTAIS DO ENTE

Agora, conhecendo o significado de ente, pode-se avançar um pouco mais no conhecimento deste termo tão utilizado em metafísica. Dessa forma, o conhecimento aprofundado de ente pode ocorrer de duas maneiras.

Na primeira, “as noções predicamentais são as que expressam um modo particular de ser: ser em si (substância), ou em outro (acidentes)” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 189). Neste caso, trata-se de qualquer noção que expressa alguma essência dos entes. A substância, por exemplo, não acrescenta nada de novo ao ente – pois a substância também é ente – mas demonstra um modo especial de ser: ‘o ente por si’ (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

No segundo momento, e o qual será trabalhado neste artigo, “os conceitos transcendentais são os que designam aspectos que pertencem ao ente enquanto tal” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 189). Os pensadores ainda relatam que os transcendentais são assim chamados porque acompanham qualquer ente. Na medida em que alguma coisa é, pode ser chamada de boa, verdadeira, bela e una. Esses transcendentais são aspectos do ente. São noções que não acrescentam nada no ente em si mesmo, mas revelam certas perspectivas que a noção de ente por si só não pode revelar.

Os principais transcendentais são, unidade (*unum*), verdade (*verum*), bondade (*bonum*) e beleza (*Pulchrum*). Existem, ainda, outros dois transcendentais de menor importância, que são coisa (*res*) e algo (*Aliquid*). Eles já são conhecidos ou anunciados, sobretudo, quando tratamos do ente como substância. Os quatro primeiros, que são os mais fundamentais, se aplicam tanto a Deus quanto às criaturas (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Relacionado ao intelecto, o ente é percebido como verdadeiro, pois só o ente pode ser um objeto de uma inteligência autêntica. Em sua conveniência à vontade, o ente é percebido como bom, ou seja, amável, capaz de ser apetecido. Por fim, tratando-se de uma conjunção entre conhecimento e apetite, isto é, intelecto e vontade, o ente é percebido como belo, causando, assim, um certo prazer ao ser apreendido (AQUINO, apud NOUGUÉ, 2018).

“Chamamos a coisa de ente, pelo fato de ter ser; denomina-se verdadeira e boa por ser conhecível e amável; dizemos que tem unidade por sua coesão interior, etc.” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 195). Em suma, os transcendentais são aspectos do ente, não são algo acrescentado desde fora, mas é perceber os diversos aspectos do ente que o termo sozinho do ente não consegue exprimir com toda a sua potência. Na medida que uma coisa é, ela é una, verdadeira, boa e bela. E, por sua vez, a medida do ente é a medida da sua bondade, beleza, verdade e unidade (NOUGUÉ, 2018).

1.3 PROPRIEDADES TRANSCENDENTAIS DO SER

Para que se possa ter uma noção básica de cada um dos transcendentais, será exposto um breve resumo sobre essas propriedades de forma separada. Posteriormente, com maior profundidade, será tratado os aspectos da beleza enquanto algo que não é imanente, mas que tem a capacidade de transcender.

“Coisa (*Res*) não expressa uma propriedade do ente enquanto tal, mas somente o nome que lhe convém atendendo o outro princípio constitutivo (essência) de todo ente criado.”

(ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 192). Dessa forma, o conceito de *res* dá origem à de realidade, que algo é real. Exprime que o ente é. Tem uma essência.

“No que diz respeito à distinção dos entes entre si, afirmamos que cada um deles é algo (*aliquid*)” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 191). Dessa forma, quando percebe-se um ente com uma identidade, como tem uma essência, consegue-se distinguir um ente de outros entes. Ele não deve ser percebido como oposto ao nada, mas como oposto a outro. Também, não é uma indivisão do ente em si mesmo, mas deve destacar sua distinção e separação em relação aos demais entes (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

A unidade (*unum*) “não é outra coisa que a indivisão própria do ente. Não acrescenta nada real às coisas, mas somente a negação de divisão interior, a indivisão que todo ente possui por si, por ser ente.” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 200). A unidade revela a realidade do ente e ressalta a falta de divisão interna de qualquer realidade. Quanto mais nobre o ser for, mais simples será e, conseqüentemente, mais possuirá unidade. Deus, por sua vez, é absolutamente simples e uno e, por isso, possui a absoluta e infinita perfeição. Em suma, dos seres compostos ao mais simplíssimo, tudo o que é, de certo modo, é uno (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

“Atribui-se o conceito de verdade principalmente aos juízos do entendimento. [...] A verdade pertence aos atos da inteligência que se conformam à realidade e a expressam fielmente: um juízo é verdadeiro quando afirma que é, o que é; e que não é, o que não é” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 211). Dessa forma, entende-se que verdade (*verum*) é o ente relacionado ao intelecto. A verdade do intelecto depende do ser e a mente deve adequar-se à verdade que está fora da mente, ou seja, ao objeto. É o intelecto que adequa-se àquilo que a coisa é. E, como ocorre também nos outros predicamentos, quanto mais perfeito for o ente, mais verdadeiro o será.

Como já foi dito, o bem (*bonum*) é o ente relacionado à vontade. É o ente enquanto apetecível, ou seja, é quando percebe-se o ente enquanto algo digno de ser desejado, de ser amado e, assim, quanto maior a perfeição, mais será apetecível (Suma Teológica I, q. 5, a. 1). “Para cada ente, seu bem consiste em ser segundo a sua natureza; por isso, males são aquelas privações que se opõem à sua perfeição natural.” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 219). Qualquer coisa pelo simples fato de ser já tem um nível de bondade. E, assim, “as coisas não são boas porque as queremos, mas as queremos porque são boas” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 221). Deus é a suma perfeição, por isso tem a suma bondade. Aqui, bondade trata-se de uma questão metafísica e não de questões morais.

“Algo é bom enquanto difunde sua perfeição [...] *Bonum est diffusivum sui*: o bem tende a difundir-se, a comunicar-se” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 225). Dessa forma, quanto mais o homem comunica a bondade, mais ele alcançará a perfeição da sua espécie. Melhor do que contemplar a verdade, a bondade e a beleza, é comunicar a verdade, a bondade e a beleza (NOUGUÉ, 2018).

1.4 A BELEZA TRANSCENDENTAL

Entre os estudiosos da metafísica, há um grande impasse em decifrar se Santo Tomás de Aquino considera o belo como um dos transcendentais do ser ou apenas como uma face do bem. No entanto, levando em consideração o que grande parte dos tomistas definem, sobretudo, os autores usados neste artigo, parece que pode sim incluir o belo entre os transcendentais. Nesse sentido, afirma Santo Tomás:

Sendo o bem o que todos os seres desejam, é da sua essência acalmar o apetite; ao passo que é da essência do belo causar o repouso da apreensão que o vê ou o conhece. Por onde, veem o belo principalmente os sentidos mais suscetíveis de conhecimento, a saber, a vista e o ouvido, que servem à razão; assim, dizemos – belas vistas e belos sons. Em relação aos sensíveis porém dos outros sentidos, não usamos do nome de beleza; assim não dizemos belos sabores nem belos odores. Por onde é claro, que o belo acrescenta ao bem uma certa ordem à virtude cognoscitiva, de modo que bem se chama o que absolutamente agrada ao apetite, e belo aquilo cuja apreensão agrada. (Suma Teológica I-II, q. 27, a. 1, ad 3).

Além do mais, conforme visto anteriormente, a verdade e a bondade são captadas segundo uma conveniência do ente em relação à alma humana. O ente enquanto verdadeiro é captado pela conveniência do ente em relação a inteligência. Já pela conveniência do ente em relação à vontade, é captado aquilo que é apetecível, ou seja, a bondade. Dessa forma, a veracidade do ente significa que ele pode ser conhecido naquilo que de fato é, e o ente na sua bondade significa que ele é apetecível, amável, desejável (AQUINO, *apud* NOUGUÉ, 2018).

Existe, no entanto, uma terceira conveniência da realidade com a alma. Ao serem conhecidas a verdade e a bondade das coisas, causará ao homem um certo agrado, um deleite a quem contempla a verdade e a bondade, que, por consequência, chegar-se-á à beleza (NOUGUÉ, 2018).

Diz Aristóteles (Retórica, p. 125, *apud* NOUGUÉ, 2018, p. 466) que “O belo [τὸ καλόν] é o que, sendo preferível por si mesmo, é digno de louvor; ou o que, sendo bom, é agradável porque é bom. E, se isto é belo, então a virtude é necessariamente bela; pois, sendo boa, é digna de louvor”. Santo Tomás, por sua vez, define o belo como aquilo que agrada contemplar

'pulchrum est id quod visum placet' (Suma Teológica I, q. 5, a. 4). Isto é, aquilo que causa um certo agrado, um gozo ao ser visto.

O belo e o bem considerado em relação ao sujeito, se identificam, porque têm o mesmo fundamento – a forma; e, por isso, o bem é louvado como belo. Mas, racionalmente, diferem, pois o bem, propriamente, se refere ao apetite, sendo o que todos os seres desejam; e, portanto, exerce a função de fim, porque o apetite é um como que movimento para a realidade. O belo, porém, diz respeito à faculdade cognoscitiva, pois, chama-se belas às coisas, que, vistas, agradam. E, por isso, o belo consiste na proporção devida; pois os sentidos se deleitam com os seres devidamente proporcionados, como se lhes fossem semelhantes; porque eles, ao modo de toda virtude cognoscitiva, são, de certa maneira, proporção. Ora, o conhecimento implicando assimilação, e esta supondo uma forma, o belo depende, propriamente, da noção de causa formal (Suma Teológica I, q. 5, a. 4, ad 1).

Com isso, entende-se que bem pede a posse do ente, assim, quando se vê algo como bom, a pessoa quer ter a posse desse bem que foi apetecível. A beleza, por sua vez, implica na contemplação, basta a contemplação do belo. Essa simples contemplação basta para o deleite. Ninguém, por exemplo, quer ter a posse do pôr do sol, mas apenas contemplá-lo.

Para findar essa questão, diz Étienne:

O que se deseja, por definição, é um bem, pois o bem é o próprio ser na medida em que é desejável. O belo, é, pois, uma das espécies do bem e, a este respeito, é um objeto da vontade. Mas é um bem de uma espécie tão diferente das outras que deve ser considerado um outro transcendental, distinto da verdade e do bem propriamente dito (GILSON, 2010, p. 36).

Com base no pensamento do tomista Gilson (2010), entende-se, assim, que o desejo inclina-se para o próprio objeto, em sua realidade física, e é este o objeto que se almeja possuir. Por outro lado, com a beleza é diferente, pois ela é um objeto da vontade apetecida como os objetos do conhecimento se desejam. Comumente, a vontade quer os seus objetos para os possuir, no caso do belo é diferente, pois ela não o quer para possuí-lo, porém para contemplá-lo. Assim sendo, conclui-se que “a beleza, assim como a verdade e o bem, é igualmente um transcendental” (GILSON, 2010, p. 38).

1.5 VISÃO OBJETIVISTA DA BELEZA

A beleza se manifesta em dois níveis: no nível inteligível e no nível sensível. A inteligível é própria da vida intelectual e é captada pela inteligência, que está vinculada a verdade e a bondade moral. A beleza sensível, de nível inferior, está ligada às potências sensitivas, ou seja, a beleza que é percebida através dos sentidos externos e internos. Pode-se dizer que dentro da beleza sensível há uma “beleza natural, que procede da natureza das coisas;

e uma beleza artificial, que se encontra nas obras humanas, nas quais o homem tenta plasmar algo belo” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 229).

“Possui beleza aquilo cuja percepção sensível ou intelectual agrada” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 230). Nesse sentido, a beleza de nível sensível não exclui a inteligência e, da mesma forma, a beleza captada por via intelectual não exclui a sensibilidade. Uma está interligada a outra.

O oposto da beleza é o feio, e, isso, não se dá somente nas coisas sensíveis, mas nas inteligíveis também. A feiura do ponto de vista inteligível, por exemplo, seria o erro, a ignorância, o vício, o pecado, etc. Contudo, para que se dê a beleza, tanto de forma sensível como inteligível, se faz necessário três coisas (NOUGUÉ, 2018): “Primeiro, a integridade ou perfeição; donde vem, que coisas mesquinhas são por isso mesmo feias. Segundo, a proporção devida ou consonância. E, por fim, o esplendor, que nos leva a chamarmos belas às coisas de colorido brilhante” (Suma Teológica I, q. 39, a. 8).

A primeira a ser considerada é a *Integridade* ou *perfeição*. Se uma coisa deveria ter uma parte, um algo, uma perfeição e não o tem, falta então a integridade, o acabamento. A falta de uma perfeição devida ao ente afeta a beleza. Assim, o ente que tem todas as perfeições têm mais beleza. O homem, por exemplo, quanto mais cresce nas virtudes, metafisicamente, ele aperfeiçoa-se o seu ser e, conseqüentemente, será mais íntegro, mais acabado, mais perto do seu fim último. Dessa forma, será mais belo (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

A *proporção* ou *consonância*, que é a *harmonia* do objeto em si mesmo e dos que o rodeiam. Por exemplo, em uma boa orquestra, há uma harmonia entre todos os diferentes instrumentos tocados ao mesmo tempo. O resultado é que o seu todo agrada a audição, pois há uma harmonia entre todas as partes. Assim, pode-se definir como a boa disposição entre as partes, que gera harmonia e proporção (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Por último, *Esplendor* ou *Clareza* é a boa execução. Em âmbito do que é sensível, é luz, clareza, claridade e nitidez ao demonstrar algo. Naquilo que é inteligível, se dá pela luz da razão, que torna clara e conhecidas as coisas. A história bem contada, a aula bem dada, a música bem cantada são claras e nítidas. Quanto mais claro, maior a capacidade de compreender a beleza. Essa clareza é o esplendor da beleza (NOUGUÉ, 2018).

Por fim, é importante ressaltar que, assim como nas outras propriedades do ente, existem níveis de perfeição da beleza. Isto é, a medida em que uma coisa tem maior perfeição que a outra, ela terá maior beleza e, conseqüentemente, causará maior deleite ao ser contemplada. Do ponto de vista metafísico, existe sempre o mais e o menos na beleza, assim como existe o mais

e o menos no ser, ou na verdade dos seres, ou na bondade dos seres. Assim como a bondade e a verdade depende do ente, a beleza também será na medida da perfeição do ser que a contém. Dessa forma, quanto mais perfeito um ente, mais belo será o seu ser, assim como mais verdadeiro, mais uno, mais bondoso (Suma Teológica I, q. 4, a. 1).

1.6 A PERCEPÇÃO HUMANA DA BELEZA

Tudo o que foi dito até aqui sobre a beleza enquanto um dos transcendentais do ser, constitui o fundamento objetivo da Estética com embasamento em um estudo metafísico. Assim sendo, “tudo o que reúne as características essenciais (harmonia, integridade, clareza) é objetivamente belo, ainda que possa não satisfazer a uma determinada sensibilidade estética” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 233).

Por isso, a limitação do sujeito não modifica a perfeição do ente. Uma coisa não será mais ou menos bela por conta de quem a contempla (SUASSUNA, 2018). Por exemplo, uma pessoa que tem uma deficiência na visão, não poderá contemplar uma escultura com toda clareza, no entanto, essa escultura não será menos bela por conta da pessoa que a contempla. Ele não perceberá com todo esplendor a beleza do ente, contudo, a escultura continuará com o seu nível de beleza intacto.

“Assim como a bondade não é um atributo que tenha sua origem na vontade daquele que quer, mas uma perfeição do objeto querido: as coisas continuariam igualmente sendo boas ou belas mesmo que não existissem homens capazes de desejá-las ou apreciá-las.” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 231). E mais:

A beleza é um atributo das coisas. Ainda que às vezes no terreno artístico pareça predominar a subjetividade humana (especialmente na época contemporânea), a formosura de um objeto não depende do gosto de cada um, daquilo que cada um considere belo. Se isso fosse assim, não haveria qualquer sentido falar de beleza e feiura (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 236).

Dessa forma, em sentido primário, a beleza não é subjetiva, pois o belo não depende do sujeito que contempla a coisa, mas da coisa em si. Santo Tomás fala que a beleza está primeiramente na coisa e, em um segundo momento que ela é captada pelo sujeito. Por ser belo em si mesmo, o ente será percebido como belo. Por isso, é necessária uma educação para a beleza para que, assim, se possa captar o belo da melhor forma (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Sem mais acrescentar, encerro este capítulo com as palavras de Carlos Nougué (2018, p. 471) “Se, porém, por outro lado, alguém ou um povo gostam da má obra de arte do belo – ou

seja, que não cumpre os requisitos *formais* para que seja verdadeira arte do belo –, então já não se trata de nada ‘subjetivo’, mas de puro e ‘objetivo’ mau gosto”.

2. A ARTE

A filosofia tomista preserva alguns concepções dos estudos clássicos sobre a arte. Nessas concepções, os pensadores qualificavam a arte como poiética, ou seja, arte do bem fazer. Nela, a beleza não fica apenas na dimensão prática do fazer, mas manifesta uma harmonia entre a totalidade do ser e do ente, que se encontra, também, na dimensão transcendental (SUASSUNA, 2018).

É importante, também, ressaltar que o conceito de estética refere-se apenas aos sentidos do homem e aos seus sentimentos. A arte do belo, por sua vez, aprofunda-se nas faculdades do homem, pois refere-se tanto à sensibilidade quanto ao intelecto, possuindo, assim, maior amplitude (GILSON, 2010).

2.1 A FILOSOFIA E A ARTE

Segundo Étienne Gilson (2010), o estudo do belo enquanto metafísico, não estipula nenhuma regra para distinguir quais são as artes belas e quais não são. A metafísica, assim, detêm-se nas condições gerais do belo enquanto um dos transcendentais do ente para certificar ou negar a existência da beleza em cada ente.

Por outro lado, a função de compreender se a noção de estética acompanha ou não um julgamento e se este julgamento é fator de uma determinada percepção, fica a cargo da Estética, que, por sua vez, são também dogmáticos e absolutos. Já a Filosofia da Arte é conhecida como a ciência das circunstâncias gerais da produção da arte (GILSON, 2010).

Mesmo sabendo dessa distinção entre os três aspectos particulares – metafísica, estética e filosofia da arte –, o presente trabalho não irá sair dos campos da metafísica, pois, sendo ela uma ciência universal, as demais ciências particulares – neste caso, a estética e a filosofia da arte – são abrangidas pela filosofia primeira (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Sabendo então que cada campo tem uma função determinada, consequentemente, o filósofo, o artista e o apreciador das artes também terão papéis específicos. “A tarefa do artista é produzir [...] ao espectador não cabe senão apreciar o resultado” (GILSON, 2010, p. 17). No entanto, vale ressaltar que é natural ao homem falar daquilo que lê, que ouve, que vê, etc., por isso, é comumente normal que o apreciador de uma obra artística teça comentários sobre suas impressões que recebe e os pensamentos que lhes vêm (GILSON, 2010).

Muitas das vezes, estética e filosofia da arte confundem-se entre si. A linguagem da filosofia da arte, cujo seu fim é propriamente a filosofia, é a verdade e não a beleza (GILSON, 2010). Contudo, cabe ao filósofo dizer com precisão o que é arte, qual a sua essência e o que a constitui.

Ao contrário do apreciador, o filósofo não está livre para proceder ao bel-prazer ou, mesmo, discernir o que é belo ou não segundo os seus gostos pessoais. O seu juízo de gosto não deve ter função de ditar quais obras são bem-sucedidas e quais são malogradas. Ele, como qualquer pessoa livre, pode sim ter suas preferências, porém, elas não podem influenciar na reflexão filosófica no que diz respeito à natureza da arte (GILSON, 2010).

Assim sendo, “a função do filósofo não é reformar o julgamento alheio, senão ele próprio é que se deve converter à verdade e, então, proclamá-la aos quatro ventos” (GILSON, 2010, p. 20). Ou seja, é necessário escrever sobre a arte – também em linguagem filosófica – para que se tenha uma ordem universal acerca desta ciência prática.

Por fim, para se criar uma obra artística, não é necessário um conhecimento filosófico. Pois, o artista em si “não precisa saber o que é arte, contanto que saiba o que, afinal, ele quer que a sua arte seja” (GILSON, 2010, p. 31).

2.2 O QUE É ARTE?

A filosofia da arte, como visto no ponto anterior, não é arte, senão conhecimento sobre esta. A estética, por sua vez, fica responsável pelo estudo do belo e do sentimento proporcionado pelas faculdades sensíveis do sujeito por meio do objeto artístico. A arte em si é prática (NOUGUÉ, 2018).

A arte, também, não é apenas prazer, entretenimento, ou, muito menos, está vinculada ao juízo de gosto pessoal. Ela é um órgão constitutivo da vida humana, transmitindo a percepção racional das pessoas para o campo dos sentimentos. Ela passa pelos sentidos mas com destino a razão (ANTUNES, 2010).

Viviane Princival (2020), fala que a arte é a expressão de determinada impressão que se tem de algo. Nem tudo é arte, assim, não se pode relativizá-la, pois ela exige uma técnica, exige maestria. A arte, pois, é uma expressão que envolve técnica de quem a produz e materiais hábeis para tal.

A Filosofia Tomista conserva elementos dos princípios clássicos da arte, onde os antigos, em sua maioria, denominavam arte como poética – arte produtiva. Nela, o *pulchrum* não se apresenta apenas como objeto do fazer, mas transcende àquilo que é sensível pois é uma

explicitação do Ser e dos entes (NOUGUÉ, 2018). Dessa forma, conforme define Santo Tomás de Aquino, “a arte não é mais que a razão reta de acordo com a qual fazemos certas obras” (Suma Teológica I-II, q. 57, a. 3).

Ser é um ato, é o primeiro ato que conhecemos de um ente. Todo ser é. Todas as operações posteriores derivam do seu ser. Necessário é, também, entender que são distintos os atos que o ser humano pode operar. Assim, por meio de suas faculdades, o homem pode conhecer, agir e fazer (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Ainda sobre as operações do homem, é importante compreender que:

São três as principais operações do homem: conhecer, agir e fazer, correspondendo a três ordens distintas: o conhecimento, a atividade e a factividade. Estas três ordens se realizam sob a forma de três disciplinas principais, que compreendem todas as operações do homem: a ciência, a moral e a arte. [...] Todas as artes, indistintamente, são da alçada da factividade – são o que é próprio do *homo faber* (GILSON, 2010, p.26).

Em essência, o conhecer vem primeiro pois esta operação é superior às outras. O conhecer não depende do fazer, no entanto, para se fabricar algo, é necessário, antes, conhecer. Na Filosofia Clássica, por exemplo, Platão, Aristóteles e Plotino, consideram o conhecimento e a contemplação como operações superiores ao agir e fazer (GILSON, 2010). O próprio cristianismo, por meio do evangelho de Marta e Maria, ensina que o ato de contemplar é mais sublime que o de agir.

Partindo desse conhecimento, entende-se que a arte, em sua essência, consiste na operação de produzir e fabricar, e não em conhecer ou em agir. Assim sendo, o exercício de fabricar algo procede diretamente do ato de ser do homem (GILSON, 2010).

Dessa forma, entende-se que, até aqui, foi explanado sobre duas filosofias práticas: a filosofia do fazer e a filosofia do agir. Embora um divirja do outro, o bem agir é superior ao bem fazer e, conseqüentemente, o primeiro se torna determinante sobre o segundo. Mesmo assim, nem sempre o artista alcança o bem pela própria obra, mas sim, o belo e o útil. No entanto, se houver boa vontade no fazer, o bem irá se tornar manifesto a obra artística, por sua vez, irá ressaltar não só o que é belo e útil, mas, também, a bondade (Suma Teológica I-II, q. 57, a. 4). Assim sendo, enquanto a obra tende para o bem e o belo, a arte pode tornar-se instrumento da moral.

2.3 AS ARTES POIÉTICAS

Segundo Nougé (2018), para Aristóteles, o homem tem intelectualmente três virtudes ou hábitos. A primeira das virtudes intelectuais é a ciência – sendo ela um hábito intelectual

mediante o qual conhece-se por conhecer, para superar uma ignorância. Tem-se também o hábito intelectual da prudência que diz respeito ao agir. E, por último, o hábito que chama-se de arte.

Compreender o que é arte, em si mesmo, é um tanto ou quanto confuso e, um dos motivos é que assim já o era na Antiguidade (GILSON, 2010). Na Idade Média, por exemplo, a educação era fundada nas sete artes liberais. As artes liberais eram compostas pelo *Trivium* – gramática, dialética e retórica – e o *Quadrivium* – aritmética, geometria, astronomia e música. Essas, por sua vez, dependem mais da atividade do intelecto (NOUGUÉ, 2018).

Por outro lado, encontram-se as artes servis, que dependem muito mais da atividade manual do que a intelectual (Suma Teológica I-II, q. 57, a. 3, ad. 3). Sobre essas artes, ainda hoje muitos dos filósofos e teólogos a consideram como “aquelas em que a parte do corpo é maior que a do espírito” (GILSON, 2010, p. 61). Nas artes servis, o artista usa do corpo para fazer algo material que tem a finalidade de atender o próprio corpo (NOUGUÉ, 2018). Por exemplo, o marceneiro que cria um móvel para atender o próprio corpo humano.

Partindo, então, dessas duas artes, pode-se chegar à distinção clássica entre:

Moral, concebida como a reguladora do bem agir – *recta ratio agibilium* –, e a arte ou técnica, concebida como regra da boa maneira de produzir ou fabricar – *recta ratio factibilium*. Em todos esses casos, atribuíam-se à operação total uma parte de conhecimento e uma parte de execução ou prática” (GILSON, 2010, p. 62).

No caso das artes servis, “a *recta ratio* da fabricação é a própria arte de fabricar” (GILSON, 2010, p. 63). Tendo em vista, então, o estudo da poiética, todos aqueles que criam obras pintadas, esculpidas, escritas, etc., é, nesse sentido, um poeta, ou seja, um criador, executor, pois as obras artísticas têm como causa eficiente o próprio artista. Dessa forma, toda criação sempre será efeito de uma produção realizada por alguém (GILSON, 2010).

Saindo do campo artístico, não só a arte é considerada como obra do homem, mas, também, a ciência e a moral são atos do homem. A diferença está em que “toda a arte do homem de ciência se põe a serviço do seu conhecimento do mundo e da expressão deste conhecimento, enquanto a arte poiética está inteiramente a serviço da obra que o artista executa” (GILSON, 2010, p. 66).

Apesar das diferenças já mencionadas, as artes liberais e as artes servis entrelaçam entre si. Por exemplo, quando se compreende as técnicas de uma operação para saber executá-la, pode-se dizer que houve um conhecimento. No entanto, no que tange as artes de fabricação, conhecer os procedimentos de uma determinada operação não necessariamente irá habilitar ninguém a aplicá-los com destreza (GILSON, 2010).

Nesse sentido, a arte do fazer se diferencia da arte do saber, pois o fazer “exige do espírito que obtenha do corpo a execução de certas operações” (GILSON, 2010, p. 66). Assim sendo, é imprescindível muito treino e prática para que se adquira o hábito de bem pintar, esculpir, cantar, compor, escrever, encenar, etc. (NOUGUÉ, 2018). Em síntese, é importante se ater que “o fazer ou produzir é, pois, justamente o elemento primeiro e como que a essência mesma do poético” (GILSON, 2010, p. 96).

A arte, então, é concebida como *recta ratio factibilium*, ou seja, está no campo da fabricação, da execução. No entanto, a obra artística exige uma habilidade de quem a produz, pois, exige também “trabalho, esforço, labuta, cuidado técnico” (GILSON, 2010, p. 51). Dessa forma, o bem que a arte em si deve almejar é a sua própria perfeição (Suma Teológica I-II, q. 57, a. 3).

“O bem que lhe é próprio é construir um objeto tal que a sua apreensão sensível seja agradável a um ser inteligente” (GILSON, 2010, p. 50). Pois, como já definiam os pensadores Escolásticos, o belo é “aquilo cuja visão dá prazer, ou antes, ‘o que agrada à visão’ (*id quod visum placet*)” (GILSON, 2010, p. 32).

2.4 A ARTE E A BELEZA

O mundo moderno perdeu a noção mais precisa do que é o belo, ele deixou-se ser invadido pelo feio, desde as coisas mais simples, como as roupas que se vestem, até as mais grandiosas, como, por exemplo, as grandes construções arquitetônicas. Este feio que invadiu todos os campos da sociedade, invade as próprias obras artísticas. As pessoas, de modo geral, não são mais formadas para o belo (NOUGUÉ, 2018).

Roger Scruton (2013), defende que o belo tem um valor real e universal e este encontra-se na natureza racional do homem. “Percebemos a beleza em objetos concretos e ideias abstratas, em obras da natureza e em obras de arte, em coisas, animais e pessoas, objetos, qualidades e ações” (SCRUTON, 2013, p. 11).

O belo, por sua vez, é aquilo que provoca a admiração e retém o olhar do sujeito, ou seja, gera prazer em quem o contempla. Isso não diz que a beleza consiste no prazer em que provoca ao sujeito, mas, antes de tudo, que a apreensão do belo é acompanhada por um certo prazer. É, pois, nessa dimensão que entra a diferenciação entre a beleza e a utilidade (GILSON, 2010).

Contudo, “não há oposição entre o útil e o belo, já que é possível que a beleza seja útil – o que, em certo sentido, ela sempre é. Não obstante, ela nunca é produzida em vista de sua

possível utilização, mas apenas e tão somente por si mesma” (GILSON, 2010, p. 29). A obra de arte, por exemplo, pode ser colocada a serviço de uma causa religiosa, o que será visto de forma mais detalhada no próximo capítulo.

As artes úteis, como a arquitetura, a tapeçaria e a carpintaria, possuem funções determinadas e podem ser julgadas de acordo com o seu desempenho. No entanto, um edifício ou um tapete funcionais não são, por esse motivo, belos. Ao tratarmos de arquitetura como arte útil, estamos enfatizando outro aspecto dela, o aspecto que se encontra além da utilidade; estamos insinuando que uma obra arquitetônica pode ser apreciada não somente como meio que tem em vista determinado objetivo, mas também como um fim em si mesmo, isto é, como algo intrinsecamente significativo (SCRUTON, 2013, p. 26).

Todavia, é importante destacar que não se deve apreciar as coisas belas apenas por sua utilidade, mas, sobretudo, pelo que são em si mesmas (SCRUTON, 2013). E, para que se possa atribuir a beleza de um determinado objeto a uma arte específica, é necessário que esse objeto seja criado pelo homem, seja de forma manual ou intelectual (NOUGUÉ, 2018). Aqui, então, trata-se da beleza artificial e não natural.

“A distinção entre o belo natural e o belo artístico se faz por si mesmo [...] Atrás da obra de arte, sentimos sempre a presença do homem que a produziu” (GILSON, 2010, p. 33). De forma mais clara, percebe-se que não há presença do homem por detrás da criação da natureza, senão, exclusivamente, do Criador de todo o universo.

Na maior parte do tempo é igualmente impossível, tanto para o artista quanto para o usuário, discernir o que a beleza da obra deve à natureza que ela imita ou à arte que a cria. [...] o problema é saber se o que agrada na obra é a sua própria beleza ou a daquilo que ela representa” (GILSON, 2010, p. 49).

Primeiramente, é preciso lembrar que a beleza de uma obra, seja ela escrita, pintada, ou de qualquer outra forma, se dá pela sua unidade, integridade e clareza. Nesse sentido, essas qualidades devem ser da própria obra de arte e não do que ela imita ou representa. Os objetos imitados podem não ser belos em si, ao contrário, a obra em si deve ser (GILSON, 2010).

Contudo, existe um belo ideal que deve ser almejado por todos os construtores de arte, e esse ideal encontra-se dentro do próprio artista, que é a “criatividade de seu espírito” (GILSON, 2010, p. 60). Esse, por sua vez, irá influenciar diretamente a beleza da obra. Por fim, entende-se que a beleza está na integridade do objeto e não naquilo que ele representa (NOUGUÉ, 2018).

2.5 AS ARTES DO BELO

Assim como na época de Aristóteles, ao escrever a sua *Poiética*, ele não tinha um nome específico para o que hoje chama-se de literatura, também a arte do belo, ainda, não tem um

nome preciso, pois existem outros entes belos, mas que não se enquadram como artes do belo. Por exemplo, uma joia, uma roupa, um arranjo, podem ser belos mas não entram como artes do belo. Nada disso são obras da arte do belo. Contudo, as artes do belo, como o próprio nome sugere, tem de ser belas (NOUGUÉ, 2018).

Nesse sentido, entende-se que a joalheria cria, ou seja, faz artes, faz coisas belas, todavia, não são artes do belo (NOUGUÉ, 2018). São consideradas artes do belo, portanto, na medida em que “os objetos que produzem não têm nenhuma outra função imediata e primeira senão a de serem belos. Este é o seu fim próprio, sua ‘razão de ser’ e, conseqüentemente, sua natureza” (GILSON, 2010, p. 30).

As obras artísticas são significativas, e não apenas formas interessantes das quais usufruímos sem nenhuma explicação [...]. Essas referências ao significado e a compreensão dão a entender que as obras de arte comunicam algo, talvez até mesmo que cada uma delas – ou quem sabe todo e qualquer tipo de obra – possui um conteúdo particular, o qual deve ser por nós compreendido a fim de que possamos apreciar o trabalho e tenhamos alguma noção de seu valor (SCRUTON, 2013, p. 120).

Nougué (2018), por sua vez, diz que as artes do belo são as artes que fazem formas miméticas significativas para que o homem propenda para o verdadeiro e o bom e, assim, se afaste do falso e do mal. O seu fim último é inclinar a alma humana para o bem e para a verdade. Sem uma verdadeira arte do belo, a humanidade fica estagnada, pois ela colabora para levar o homem ao bem e à verdade.

Ainda, segundo Nougué (2018), as artes do belo se dividem em sete artes, sendo elas: literatura, teatro, cinema, dança, pintura ou desenho, escultura e arquitetura. A arquitetura, por sua vez, é uma arte anfíbia, isso, pois, em parte é uma arte servil, porque serve de utilidade para o corpo do homem, mas, por exemplo, como mostram as igrejas cristãs, elas também podem ser artes belas que fazem propender para o verdadeiro e bom e afastar do horrendo e do falso.

Por fim, como relata Viviane Princival (2020), o estudo das belas artes, ou artes do belo, ajuda o homem a entender a relação do bem, da verdade e da beleza. Auxiliando, assim, a ordenar o interior e, conseqüentemente, o exterior humano.

3. ARTE SACRA

É difícil falar de arte de forma universal sem se ater a nenhuma arte em particular. Por isso, agora, com uma base metafísica da beleza e os conceitos universais de artes bem definidos, será tratado sobre a arte sacra. A arte sacra, por sua vez, está relacionada a infinita beleza de

Deus, por isso, é necessário que ela mostre os transcendentais divinos, sendo eles a verdade, a bondade e a beleza.

Entrar em uma igreja que tenha elementos ricos da arte sacra, faz despertar os sentidos do homem, para, assim, o intelecto se voltar de forma mais fácil para o próprio Cristo. A beleza atrai as pessoas e, por isso, a arte sacra deve ser objetivamente bela, para mover os homens para Deus (MIRAVALLE, 2021).

3.1 A ARTE E O SAGRADO

Desde a antiguidade aos dias de hoje, o homem outorgou atenção e dedicação a elementos sagrados. E, assim como a beleza, o sagrado também inclui os mais variados aspectos:

Há palavras sagradas, gestos sagrados, ritos sagrados, roupas sagradas, locais sagrados, épocas sagradas. Os elementos sagrados não são deste mundo: antes, são isolados da realidade comum e não podem ser tocados e pronunciados sem ritos de iniciação ou sem o privilégio do ofício religioso (SRCUTON, 2013, p. 61).

A relação entre a religião e a arte é contingente, ou seja, não é necessária de forma que uma tenha dependência na outra. No entanto, a arte cumpre um importante papel dentro do rito religioso. Isso ocorre, pois, o sujeito religioso, por exemplo, ao organizar um culto, seja ele litúrgico ou não, irá, na maioria das vezes, usar das artes para assim bem realizá-lo. Dessa forma, pode-se dizer que existem relações entre o belo e o sagrado (GILSON, 2010).

A Igreja, por sua vez, prescreve uma imagística no interesse do conhecimento e também da piedade dos fiéis. “A imagística é uma arte cujo fim, essencialmente representativo e mimético, requer do artista uma inteligência, um saber, uma técnica e talentos de imaginação e de invenção infinitamente variados” (GILSON, 2010, p. 153). Isso não ocorre porque a Igreja considera a arte abstrata ou não figurativa inferior ou superior à arte advinda dos gregos ou do Período Renascentista, que buscam o realismo na imitação da figura representada, mas por exigir uma representação mimética de algo que é transcendente (GILSON, 2010).

Existe não uma subordinação da arte a um fim que lhe é alheio. A beleza total de uma obra depende do fim a que serve e da maneira como procede para atingi-lo; sua beleza como obra de arte depende unicamente da maneira como atinge o fim que lhe é próprio, que é produzir algo belo justificado por essa mesma beleza (GILSON, 2010, p. 153).

“É impossível que a arte se eleve em dignidade ao aceitar servir a um fim mais elevado que o seu. O ser vem antes da verdade, que vem antes do bem, o qual vem antes do belo – e Deus é o ser” (GILSON, 2010, p. 153). Dessa forma, entende-se que a arte se engrandece ao

colocar-se a cargo de Deus e do Cristianismo. Ela fica mais nobre em verdade e bondade, gerando, assim, emoções de ordem superior (SCRUTON, 2013).

“Uma enorme massa de imagens religiosas cumpre com sucesso as três funções que Santo Tomás lhe atribui: ensinar, lembrar e emocionar” (GILSON, 2010, p. 154). Assim sendo, ainda segundo Gilson (2010), a imagística sacra ou de cunho religioso mais assertivo não será, sempre, a mais bela.

Isso é possível ver, de forma mais clara, nos artistas, pois muitos dos italianos que fizeram pinturas e esculturas sacras no Período Renascentista, não tinham uma intimidade com o Catolicismo, no entanto, criaram as mais belas artes religiosas conhecidas até hoje, pois executavam, com maestria, as ordens que recebiam de pessoas com conhecimento religioso e vida espiritual (GILSON, 2010).

Da mesma forma que um excelente pintor pode não ser um santo, um santo pode não saber fazer uma boa pintura. Ainda, da mesma forma, um artista que não seja nem santo e nem um excelente pintor, pode criar uma imagem sacra que seja capaz de alimentar a piedade de muitos cristãos (GILSON, 2010). “Nem sequer os grandes artistas conseguiram bem servir aos dois senhores sempre que tentaram. Se há nus de Michelangelo que ofendem, apela-se a algum alfaiate que os vista e lhes confira a decência própria dos habitantes do Santo Lugar” (GILSON, 2010, p. 156).

Contudo, sempre houve conflitos sobre o uso das imagens dentro da arte sagrada, isso por confundir a veneração e o culto do Ser que a imagem representa pela simples materialidade da imagem. Desse modo, em defesa da pintura e escultura dentro da arte sacra, a Igreja, por diversas vezes, se posicionou para legalizar a veneração da representação figurada por meio das santas imagens como meio de culto cristão (GILSON, 2010).

3.2 A ARTE COMO MEIO PARA O CULTO CRISTÃO

Karol Wojtyła (1999), em sua carta aos artistas, escreve que, Deus, ao encarnar-se na pessoa de Jesus Cristo, fez-se visível a todos os homens. Por isso, tornou-se representável pelos sentidos. No entanto, no âmbito cristão, sabe-se que sempre foi uma preocupação o paganismo e a idolatria das imagens.

Assim sendo, é natural que haja um conflito entre o belo e o sagrado, ou, no domínio acadêmico, filosofia da arte e filosofia da religião. Por isso, a Igreja, em sua sabedoria, sempre considerou necessário se posicionar frente à essas duas vertentes (GILSON, 2010). No ano de 787, por exemplo, o Concílio de Niceia, certificou a:

Legitimidade das representações figuradas de todos os tipos, desde que fossem de matéria e cores convenientes, representando a forma da cruz salvífica ou a imagem de Deus Pai, de seu filho Jesus Cristo nosso Senhor, de sua santa Mãe, dos anjos e de todos os santos ou personagens dignos de veneração (GILSON, 2010, p. 150).

Esta concessão se tratava para o uso das imagens nas igrejas, nos vasos sagrados, no rito litúrgico, bem como para uso pessoal em quadros, paredes, casas, altares particulares e em espaços públicos (GILSON, 2010). O Concílio defendia que “a honra prestada à imagem vai para o seu modelo, de modo que aquele que adora uma imagem, adora a realidade que representa” (GILSON, 2010, p. 150).

Após quase um século, entre os anos de 869 e 870, o Concílio de Constantinopla, acrescia que as imagens podem ser comparadas como uma espécie de livro: “Assim como todos recebem a salvação pelas sílabas contidas nos evangelhos, assim também sábios e ignorantes recebem a sua parte dessa bem-aventurança pelo efeito das imagens coloridas que têm sob os olhos. Pois o que a língua diz e prega com sílabas, essa escritura o faz com cores” (GILSON, 2010, p. 151).

Já no século XVI, na vigésima quinta sessão do Concílio de Trento (1563), a conferência acentuou uma verdade imprescindível que estava caindo no esquecimento por alguns: “O culto cristão das imagens difere totalmente da idolatria pagã no que, para o pagão, o culto e a adoração se destinam à própria imagem, como se a estátua tivesse certa divindade ou poder sobrenatural que merecesse ser honrado e adorado por si mesmo” (GILSON, 2010, p. 151).

O grande Doutor Angélico, por sua vez, em seu *Comentário às Sentenças de Pedro Lombardo* (III, 9, 2, 3), diz o seguinte sobre a inserção das imagens sacras nos templos:

Três foram os motivos para a introdução de imagens na Igreja. O primeiro, para instruir os incultos, que as imagens ensinam como se fossem livros. O segundo, para lembrar o mistério da Encarnação e os exemplos dos santos representando-os todo dia aos nossos olhos. O terceiro, para alimentar os sentimentos de devoção, pois os objetos da visão a excitam melhor que os da audição” (GILSON, 2010, p. 152).

Os textos conciliares ou teológicos referente ao uso das imagens como representação para o culto divino, tratam das imagens pintadas, esculpidas ou de outra natureza material, pois, estas, em sua manifestação, podem ser consideradas como uma linguagem a serviço dos iletrados e, não só a eles, mas, seja o homem douto ou não, os ícones tornam-se úteis à sua piedade e elevação ao transcendente (GILSON, 2010).

3.3 REPRESENTAÇÃO DAS IMAGENS

Uma escultura, enquanto objeto de arte, não é o mesmo enquanto objeto sacro. “Em si mesma, uma imagem é uma coisa como qualquer outra, papel, tela, pedra ou madeira. É precisamente isso que um vendedor de imagens vende. Mas, num outro sentido, a imagem é essa coisa na medida em que representa outra” (GILSON, 2010, p. 157).

Segundo Santo Tomás de Aquino (Suma Teológica III, q. 25, a. 3), o ato do homem de encaminhar-se a uma imagem é duplo, dependendo do que se está considerando, se é o objeto particular em si ou àquilo que a obra representa. Dessa forma, a diferença entre esses dois movimentos é que, no primeiro caso, a obra é um simples objeto que representa uma coisa externa, que transcende a imagem, enquanto no segundo caso, por meio do objeto a pessoa chega ao que ela representa.

Assim sendo, se se adorasse uma respectiva pintura imbuído pelo primeiro sentido, certamente ocorreria idolatria, pois a admiração estaria na imagem em si. No entanto, se se toma pelo segundo sentido, onde a adoração se dá pela realidade sagrada que a imagem representa, não se cairia em idolatria ou a um tipo de culto pagão.

Portanto, como fala Santo Tomás de Aquino:

Não se deve nenhum respeito à imagem do Cristo na medida em que é uma coisa qualquer, por exemplo, um pedaço de madeira talhada ou pintada, porque só se deve respeito a uma criatura racional. Resta, pois, que a respeitemos na medida em que é uma imagem, e é por isso temos o mesmo respeito pelo Cristo que pela imagem do Cristo” (*apud* GILSON, 2010, p. 157).

São João Damasceno, um monge, sacerdote e doutor da Igreja, por exemplo, ensina que os ícones descrevem em figuras o que os Evangelhos nos contam em palavras (ANTUNES, 2010). Assim, entende-se que as imagens desempenham uma função religiosa de grande importância, ajudando o indivíduo a compreender o seu Criador por meio daquilo que lhe é sensível, pois essas imagens são objetos concretos de verdades transcendentais (SCRUTON, 2013).

3.4 DEFINIÇÃO DE ARTE SACRA

Ao abordar o tema da arte sacra, fala-se de uma arte que deve ser comunicativa, que fale algo ao homem e facilite em sua experiência com o Sagrado. Assim sendo, ela tem um sentido simbólico, pois pretende “buscar nas raízes do cristianismo a essência da comunicação com Deus, que é o sentido perante uma era supostamente sem sentido” (ANTUNES, 2010, p. 11).

“Na arte sacra, tudo respira teologia e fé” (ANTUNES, 2010, p. 25). Por isso, a religião precisa de artistas que interpretem os símbolos sagrados da experiência transcendente do dia a dia para que, assim, possam criar obras que comuniquem o Criador ao mundo.

Arte sacra é a expressão do Sagrado e serve diretamente ao culto da liturgia. Toda a aparência que envolve o templo sagrado está ligada a arte sacra. É diferente da arte religiosa, que não está ligada à liturgia, mas, por sua vez, representa e remete ao sagrado. A arte sacra inclui a arquitetura da igreja, as imagens contidas nela, a música litúrgica, a organização do presbitério e tudo o que inclui o templo e o culto sagrado. (PRINCIVAL, 2020).

O *Sacrosanctum Concilium* (122), diz que, entre as mais nobres atividades de espírito humano, estão as belas artes, especialmente a arte religiosa e a sua mais alta expressão, que é a arte sacra. Assim, para o Concílio Vaticano II, a arte sacra está relacionada à infinita Beleza Divina, e o artista, através de sua espiritualidade e de sua experiência de contemplação transcendental, deve expressar essa sacralidade em suas obras.

Ainda, o *Sacrosanctum Concilium* (122) esclarece que as obras artísticas, seja religiosa ou sacra, transmitem a infinita beleza de Deus, orientando, assim, para o louvor ao Divino e, de forma eficaz, conduzir o espírito do homem ao Ser Absoluto.

Por fim, estas são as razões pela qual “a Igreja amou sempre as artes liberais, formou artistas e nunca deixou de procurar o contributo delas, especialmente para fazer com que os objetos atinentes ao culto fossem dignos, decorosos e belos, verdadeiros sinais e símbolos do sobrenatural” (Constituição *Sacrosanctum Concilium*, 1997, p. 76).

3.5 DIFERENÇA ENTRE ARTE SACRA E ARTE RELIGIOSA

Segundo Gatti (1992, p. 88, *apud* ANTUNES, 2010, p. 28), chama-se arte sacra “somente a arte ‘consagrada’ a Deus, ou por ato interno, ou por intencionalidade inerente à obra, ou ainda apenas por indicar a sublimidade da atividade artística, definível como divina.

A principal função da arte sacra é comunicar do Deus invisível, a sua doutrina, os seus escritos e toda a tradição da Igreja que perdura até os dias de hoje. Por isso, o artista especializado nas obras sacras, deve ser alguém que, de fato, tenha intimidade com a doutrina e tradição religiosa. “Os cristãos orientais levaram isso tão a sério que o pintor sacro praticamente nunca assina sua obra, porque o verdadeiro autor é Deus (ANTUNES, 2010, p. 28).

De acordo com Zilles (2001, *apud* ANTUNES, 2010), aquilo que é perceptível pelos sentidos é capaz de expressar algo para além do sensível, ou seja, que sai do imanente. Assim sendo, a arte sacra deve ser epifânico, ou seja, deve revelar a beleza do Criador.

A arte sacra, por assim dizer, é uma extensão da liturgia, que, por sua vez, é um conjunto de elementos e práticas do culto religioso. A arte religiosa, ao contrário, é mais abrangente. Assim como a primeira, ela também aponta para o sagrado e ajuda o homem a sair do imanente, no entanto, ela não necessariamente está a serviço da liturgia. Ela se encaixa muito mais na devoção pessoal e naquilo que é acessório, como, por exemplo, uma decoração (ANTUNES, 2010).

A arte religiosa, por sua vez, nos remete a Deus mas não serve para a liturgia. Por exemplo, as imagens que as pessoas têm em suas casas, as músicas que falam do Sagrado mas que não estão a serviço dos ritos religiosos (PRINCIVAL, 2020).

Em suma, “a arte sacra é feita do ser da Igreja, procurando expressar o Mistério, o sublime. É uma extensão da liturgia, da teologia, da tradição inspirada na Palavra. A arte religiosa, no que lhe toca, fala sobre o Sagrado, mas não parte necessariamente de dentro de uma mística do artista” (ANTUNES, 2010, p. 30).

4. A INFLUÊNCIA NO HUMANO

Todas as coisas criadas têm uma certa semelhança com o Criador, sobretudo o homem, que é “criado à imagem e semelhança de Deus” (Catecismo da Igreja Católica, 41). Assim sendo, os transcendentais aqui já vistos, como perfeições das criaturas finitas, exprimem a perfeição infinita do Criador. Dessa forma, pode-se conhecer a Deus que é o Ser Perfeitíssimo.

Contudo, o Criador, sendo causa primeira e última de toda a criação, transcende toda a realidade criada. Por isso, é necessário reconhecer que Deus é superior a todas as beleza que se pode ser conhecida, pois foi o próprio Belo que as criou (Santo Agostinho, *apud* Catecismo da Igreja Católica). “Pois a grandeza e a beleza das criaturas fazem, por analogia, contemplar seu Autor” (Sb 13, 5).

4.1 A NECESSIDADE DO SER DIVINO

O Catecismo da Igreja Católica (33), descreve que o homem tem uma abertura a realidades que vão para além da sua dimensão física, como a verdade, a bondade, a beleza, a liberdade, a felicidade, a sua autoconsciência e, isso tudo, gera uma necessidade de uma

realidade que seja infinita e eterna. Com isso, nasce sinais do conhecimento de sua alma espiritual e eterna e, mais ainda, de um Ser que cria, ordena e governa todas as coisas.

Assim, as criaturas racionais comprovam que nem a sua causa primeira e nem o seu fim último estão em si, mas, ao contrário, tem uma participação no Ser em si, no qual é causa de todas as coisas mas não é causado por nada, ou seja, sem princípio e sem fim último (Catecismo da Igreja Católica, 34).

Também, por meio da razão natural, como, por exemplo, através do movimento, da causa eficiente, da contingência, da beleza e perfeição, da inteligência ordenadora e governo do universo, o homem pode chegar ao conhecimento deste Ser Divino, como causa primeira e última de todas as coisas, que é o próprio Deus (Suma Teológica I, q. 2, a. 3).

Desta forma, e também por meio de outros caminhos, o homem pode tomar conhecimento da existência de uma realidade eterna e transcendente que é causa primeira e fim último de toda a criação, “e a que chamamos Deus” (Suma Teológica I, q. 2, a. 3).

Dado essa realidade, o Catecismo da Igreja Católica (27), fala que “o desejo de Deus está inscrito no coração do homem, visto que o homem é criado por Deus e para Deus. Deus não cessa de atrair o homem a si e somente em Deus o homem há de encontrar a verdade e a felicidade que não cessa de procurar”.

A razão mais sublime da dignidade do homem consiste na sua vocação à união com Deus. É desde o começo da sua existência que o homem é convidado a dialogar com Deus: pois, se existe, é só porque, criado por Deus, por amor, é por ele, por amor constantemente conservado; nem pode viver plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e se entregar ao seu Criador (II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et Spes*, 19).

Assim, da antiguidade aos dias de hoje, foram e são muitas as maneiras que o ser humano utiliza na sua busca por esse Ser Divino, seja por meio de crenças, valores ou de condutas religiosas. Desta forma, entende-se que são muitas as perspectivas que o homem encontra para se conectar com o Sagrado, concebendo, assim, o ser humano como um ser religioso (Catecismo da Igreja Católica, 28).

Tendo, então, conhecimento que o homem, por natureza, se inclina ao seu Criador e, ainda, que a beleza pode levar o homem àquilo que é transcendente, diz Santo Agostinho:

Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar, interroga a beleza do ar que se dilata e se difunde, interroga a beleza do céu, [...] interroga todas estas realidades. Todas elas te respondem: olha-nos, somos belas. Sua beleza é um hino de louvor (*confessio*). Essas belezas sujeitas à mudança, quem as fez senão o Belo (*Pulcher*), não sujeito à mudança? (Sermão 241. 2: PL, 38, 1134, *apud* Catecismo da Igreja Católica, 32).

Assim sendo, a necessidade que o homem tem de vivenciar e experimentar a beleza, nasce da sua própria condição metafísica – espiritual – que procura por algo que seja inefável, eterno, perfeito, infinito. E, também, como irá dizer muitos filósofos e antropólogos, seja cristão ou não, o querer algo sagrado é um atributo da condição humana e, por assim ser, quase impossível de evitá-lo (SCRUTON, 2013).

A arte, por sua vez, convida o homem a adentrar em sua natureza superior, “uma tentativa de afirmar aquele outro reino em que a ordem moral e espiritual prevalece” (SCRUTON, 2013, p. 202). Dessa forma, sem uma consciência reta da beleza, corre-se o perigo de viver apenas para satisfazer os apetites sensíveis que levam aos prazeres viciantes e a dessacralização da dignidade humana e daquilo que é sagrado (SCRUTON, 2013).

4.2 A BELEZA NATURAL QUE REVELA O SOBRENATURAL

Antes de buscar a beleza nas grandes obras de arte, ou mesmo, nas artes do belo, é necessário repousar os sentidos e olhar, primeiramente, para a beleza natural que se mostra na natureza. Ao mesmo tempo em que ela se revela a todos, também revela algo muito maior, que é o seu Criador. Por isso, a beleza da natureza é um dos caminhos para aproximar a criatura do seu Criador (MIRAVALLE, 2021).

Dessa forma, contemplar a natureza leva o homem a entender o que é a beleza e, conseqüentemente, o que é a arte. Isso ocorre, pois, a beleza da arte de Deus, serve de modelo para outras formas de beleza e arte. (MIRAVALLE, 2021). Santo Tomás de Aquino faz uma relação da arte com a natureza e dessa forma a define: “Natureza não é senão um tipo de arte, a arte de Deus” (AQUINO, *Comentário à Física*, livro 2, 14, *apud*, MIRAVALLE, 2021, p. 43).

Antes de dar continuidade, é importante ressaltar que a arte, de fato, coloca o ser humano na presença do seu Criador, no entanto, assim como “a filosofia da natureza tem por objeto a natureza, e não Deus, também a filosofia da arte não trata diretamente de Deus, mas da arte” (GILSON, 2010, p. 34).

A expressão primeira e mais comum da beleza é a do mundo natural. Essa beleza, por sua vez, é acessível a todos e, assim, qualquer um pode concordar com ela, seja ateu ou adepto de alguma religião (MIRAVALLE, 2021).

Se a “arte é essencialmente linguagem, expressão, signo, símbolo, ou, numa palavra, comunicação de um sentido que ao artista cabe formular e, ao espectador, compreender” (GILSON, 2010, p. 17), a natureza é, em primeiro lugar, “uma mensagem para a humanidade – é um modo de comunicação entre nós e Deus” (MIRAVALLE, 2021, p. 44).

A paisagem natural segue uma razão lógica do seu Criador, por isso, ela não dá uma previsibilidade ao homem. “O que percebemos quando olhamos para a natureza é que ela é tanto ordenada quanto surpreendente” (MIRAVALLE, 2021, p. 37).

Ela é ordenada pois Deus dispôs de tudo conforme a sua vontade criadora, que é repleta de verdade, bondade e beleza. Além de ordenada, a natureza é surpreendente, e, por isso, supera a compreensão e as expectativas de quem a contempla (MIRAVALLE, 2021). E, se a busca pela beleza é algo inerente ao ser inteligível, todos, de certa forma, têm o dever de preservar o mundo natural e, sobretudo, de ter experiências com a beleza manifestadas neste universo físico.

Dessa forma, pode-se concluir que “a beleza da natureza consiste precisamente nisto, que ela expressa a inteligência e a liberdade de Deus. A natureza é obra de Deus e revela o Supremo Artista” (MIRAVALLE, 2021, p. 41). E, por fim, vale sublinhar que “nunca teremos um relacionamento saudável com a beleza ou a arte – se não começarmos com a beleza da arte que Deus mesmo produziu para nós” (MIRAVALLE, 2021, p. 44).

4.3 O PRAZER DA CONTEMPLAÇÃO

Atualmente, com o grande número de informações dos mais diversos gêneros que se recebe a todo momento, o homem acabou diminuindo a essência da beleza a uma simples experiência prazerosa dos sentidos, reduzindo, assim, numa relação entre sujeito e objeto na qual não tem a capacidade de levá-lo ao que é transcendente. Muitas das vezes, por exemplo, o corpo do homem e da mulher acaba perdendo a sua dignidade, tornando-se, assim, objeto de culto e desejo (ANTUNES, 2010).

Gilson (2010, p. 42), fala que “nada é mais objetivo que a beleza de um objeto feito para o prazer dos olhos, mas nada é mais variável e desigual que os olhos a que se oferece”. O belo, nesse sentido, se caracteriza por ser um objeto de admiração. O conceito *admirar* tem sentido de “voltar o olhar na direção de”; admiração é a reação espontânea do homem, sensibilidade e inteligência, à percepção de todo objeto cuja apreensão agrada por si mesma” (GILSON, 2010, p. 28).

Quer seja um corpo humano, um animal, uma árvore ou uma paisagem, a admiração se produz quando se acham espontaneamente reunidas todas as condições necessárias para que a visão do objeto agrade por si mesma. É provável que a natureza possua belezas e produza sentimentos de admiração superiores a tudo o que a arte pode oferecer, tanto mais porque tais sentimentos e belezas vêm frequentemente acompanhados de impressões físicas de bem-estar (GILSON, 2010, p. 28).

“A beleza é, por definição, envolvente, atraente, prazerosa” (MIRAVALLE, 2021, p. 19). No entanto, ela não pode ser reduzida a um simples prazer sensível. A beleza, como já visto, “é o esplendor da Verdade” (GILSON, 2010, p. 34).

A verdade tem a sua beleza e, por ser inteligível, é mais sublime que as outras. Por isso, é comum uma experiência do conhecimento da verdade proporcionar prazer ao indivíduo (Suma Teológica I-II, q. 38, a. 4). Ou, mais ainda, como diz Gilson (2010, p. 35), “a beleza do inteligível é aquilo que dá prazer quando é compreendido. Esta experiência é diferente, todavia, da experiência do belo artístico”.

Por fim, a arte tem a capacidade de comover o homem simplesmente porque é bela, e uma parte dessa beleza advém do fato de ela ter algum significado (SCRUTON, 2013). A sua contemplação, por sua vez, pode direcionar o homem para as suas paixões, proporcionar prazeres genuínos e motivar ações que o leve em direção a bondade e, assim, consiga alcançar verdades transcendentais (MIRAVALLE, 2021).

4.4 DO IMANENTE AO TRANSCENDENTE

A vivência com a beleza e a experiência que ela proporciona é algo restrito aos seres racionais. Dessa forma, somente os homens, com suas capacidades de linguagem, autoconsciência, juízo moral, comunicação, podem experimentar essa contemplação da arte de maneira desinteressada e, conseqüentemente, deleitar-se neste ato (SCRUTON, 2013).

“A experiência da beleza também aponta para além deste mundo, na direção de um ‘reino de finalidades’ em que nossos anseios imortais e nosso desejo de perfeição são finalmente respondidos” (SCRUTON, 2013, p. 185). Assim sendo, a inclinação ao que é belo em si, aproxima-se da experiência religiosa, na qual o homem assume a sua finitude e reconhece um Ser Infinito e uma realidade metafísica, que extrapola as suas faculdades sensíveis (SCRUTON, 2013).

A experiência do belo envolve perceber o bem espiritual e a verdade espiritual em imagens sensíveis. Isso significa que por meio do belo somos capazes de provocar reações *físicas* à realidade *espiritual*. Admiravelmente, como criaturas tanto físicas quanto espirituais, temos reações físicas para uma beleza espiritual quando ela está encarnada em uma imagem sensível (MIRAVALLE, 2021, p. 28).

“A arte tal qual a conhecemos encontra-se no limiar do transcendental” (SCRUTON, 2013, p. 198). Posto isto, e levando em consideração que a contemporaneidade vive um declínio da fé, a obra artística pode ser como uma ponte entre o imanente e o transcendente, auxiliando a preencher os anseios imortais da espécie humana (SCRUTON, 2013).

Dessa forma, é de suma importância que a humanidade possa presenciar o belo em seu cotidiano. Primeiramente, porque experimentar a beleza em si mesmo é bom e agradável. Segundo e, não menos importante, porque o belo leva o homem a verdade e a bondade imateriais, que ultrapassam a sua realidade física (MIRAVALLE, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto, o ente é a primeira realidade compreendida pelo intelecto do homem. Isso não trata de uma noção genérica ou sem fundamento, no entanto, se conhece o ente sempre como alguma coisa. As coisas são e, ao mesmo tempo, são algo, possuindo, assim, uma determinada essência. O elemento principal do ente é o seu ser e, este ser, compreende a totalidade do ente. Isto é, tudo o que existe é e não há nenhuma realidade que não seja, pois sem o ser, não haveria nada. Logo, o ser significa que a coisa é.

O ser, por sua vez, tem uma perfeição e, assim como existem graus de hierarquia nos seres, existem também graus de perfeição. Na medida em que alguma coisa é, pode ser chamada de boa, verdadeira, bela e una. Esses são transcendentais que designam aspectos que pertencem ao ente enquanto tal. Essas noções não acrescentam nada no ente em si mesmo, mas revelam certas perspectivas que a noção de ente por si só não pode revelar.

Relacionado ao intelecto, o ente é percebido como verdadeiro. Em sua conveniência com a vontade, o ente é percebido como bom, ou seja, capaz de ser apetecível. Por fim, tratando-se de uma conjunção entre o intelecto e a vontade, o ente é percebido como belo, causando, assim, um certo prazer e repouso ao ser apreendido. Por isso, os escolásticos definem o belo como aquilo cuja apreensão agrada.

Muitas das vezes, o bem e a beleza podem ser confundidos entre si, no entanto, a maior diferença está em sua relação com o objeto. O bem almeja possuir o ente. Ou seja, quando se reconhece algo como sendo bom, a pessoa quer ter a posse desse bem que foi apetecível. Ao passo que o belo implica na contemplação. Dessa forma, a simples contemplação do objeto basta para o deleite da pessoa.

Também foi visto que a beleza pode manifestar-se tanto no nível inteligível quanto no sensível. A primeira é considerada superior, pois é captada pela inteligência, que está vinculada à verdade e à bondade moral. A segunda, de nível inferior, está ligada às potências sensitivas, ou seja, a beleza que é percebida através dos sentidos externos e internos.

Contudo, para que a beleza se dê nos dois aspectos, são necessárias três coisas: integridade, proporção e clareza. Sem integridade, falta algo, um acabamento, uma perfeição. Sem a proporção, faltam harmonia e consonância. E, por fim, sem clareza, falta a boa execução que gera esplendor ao objeto. Assim sendo, tudo o que reúne essas características é objetivamente belo, ainda que não agrade a um determinado gosto estético.

Em sentido primário, a beleza não é subjetiva, pois o belo não depende do sujeito que contempla a coisa, mas da coisa em si. A beleza está primeiramente no objeto e em um segundo

momento que ela é captada pelo sujeito. A limitação do sujeito não modifica a perfeição do ente. Por isso, é necessária uma educação para a beleza para que, assim, se possa captar o belo da melhor forma.

A filosofia da arte não é arte, mas o conhecimento sobre esta. Já à estética, cabe o estudo do belo e do sentimento proporcionado pelas faculdades sensíveis do sujeito por meio do objeto artístico. A arte, por sua vez, é prática. A Filosofia Tomista conserva princípios clássicos da arte, o qual se considera como poética. Ela não se reduz apenas ao prazer, mas permeia pelos sentimentos e racionalidade do homem.

O *pulchrum* não se apresenta apenas como objeto do fazer, mas transcende aquilo que é sensível, pois é uma explicitação do Ser e dos entes. A arte poética, por sua vez, está inteiramente a serviço da obra que o artista executa, por isso, é imprescindível não relativizar a arte e, também, muito treino e prática para que se adquira o hábito de bem produzir.

No entanto, com o tempo, perdeu-se a noção mais precisa do que é o belo, ele deixou-se ser invadido pelo feio. Assim, o bem que a arte em si deve almejar é a sua própria perfeição, e não apenas a dimensão utilitarista. Não deve haver oposição entre o belo e o útil, já que é possível que a beleza seja útil. Contudo, ela nunca é produzida em vista de sua possível utilização, mas apenas e tão somente por si mesma.

O belo, então, é aquilo que provoca a admiração e retém o olhar do sujeito, ou seja, gera prazer em quem a contempla. Nesse sentido, é importante que o estudo das belas artes ajude o homem a entender a relação do bem, da verdade e da beleza, auxiliando, assim, a ordenar a sua dimensão humana e espiritual.

Existe uma relação entre a arte e a religião assim como existe entre o belo e o sagrado. Isso ocorre, pois, o homem é um sujeito religioso e pode usar da arte para pôr em ato essa religiosidade. Nesse sentido, a imagem sacra cumpre o papel de ensinar, lembrar e emocionar o sujeito. A imagem é vista como uma espécie de livro, onde tanto os sábios quanto os incultos têm acesso a realidades sobrenaturais. Pois, aquilo que é perceptível pelos sentidos é capaz de expressar algo para além do sensível, ou seja, que ajude a transcender.

Deus, ao encarnar-se na pessoa de Jesus Cristo, fez-se visível a todos os homens, tornando-se, assim, representável pelos sentidos. Por isso, a Igreja sempre se preocupou em esclarecer sobre o uso das imagens representativas sem que se caísse na idolatria e no culto pagão. Por isso, a honra prestada à imagem vai para a realidade sagrada que ela representa, e não para a obra em si, o qual, se assim for, cairá em idolatria ou em algum tipo de culto pagão.

A introdução da imagem no âmbito religioso ajuda a instruir os iletrados, a fazer memória ao mistério da Encarnação e relembrar os exemplos dos santos a serem seguidos e, também, alimentar os sentimentos de devoção e elevação ao transcendente. Dado o exposto, entende-se que as imagens desempenham uma função religiosa de grande importância, ajudando o indivíduo a compreender o seu Criador por meio daquilo que lhe é sensível, pois essas imagens são objetos concretos de verdades transcendentais.

A arte sacra está relacionada à infinita Beleza Divina, e o artista, através de sua espiritualidade e de sua experiência de contemplação transcendental, deve expressar essa sacralidade em suas obras. Elas transmitem a infinita beleza de Deus, orientando, assim, para o louvor ao Divino e, de forma eficaz, conduzir o espírito do homem ao Ser Absoluto.

Isso tudo ocorre devido a abertura do homem a realidades que vão para além da sua dimensão física, gerando, assim, uma necessidade de uma dimensão que seja infinita e eterna. O desejo da eternidade está inscrito no coração do homem, pois o homem é criado por Deus e para Deus e, só nele encontrará a verdade e a felicidade que não cessa de procurar.

Assim sendo, a necessidade que o homem tem de vivenciar e experimentar a beleza, nasce da sua própria condição metafísica que procura por algo que seja inefável, eterno, perfeito, infinito. A arte, por sua vez, irá cumprir esse papel de elevar o homem a sua natureza superior, onde a ordem moral e espiritual prevalece.

A arte tem a capacidade de comover o homem simplesmente porque é bela. A experiência da beleza, por sua vez, aponta para além deste mundo. Assim sendo, a inclinação ao que é belo em si, aproxima-se da experiência religiosa, na qual o homem assume a sua finitude e reconhece um Ser Infinito e uma realidade metafísica que extrapola as suas faculdades sensíveis.

Por fim, é de suma importância que a humanidade possa experimentar o belo em seu cotidiano. Primeiro, porque experimentar a beleza em si mesmo é bom e deleitável. Segundo, pois, em uma época em que se vive o declínio da fé e o aumento da dessacralização, a arte sacra pode ser como uma ponte entre o imanente e o transcendente, que auxilia no preenchimento dos anseios imortais e de infinitude que são intrínsecos ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIRA, Tomás; CLAVELL, Luis; MELENDO, Tomás. **Metafísica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2014.
- ANTUNES, Otávio Ferreira. **A beleza como experiência de Deus**. São Paulo: Paulus, 2010.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica – Vol. 1, Ia Pars**. Campinas: Ecclesiae, 2016.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica – Vol. 2, Ia IIæ**. Campinas: Ecclesiae, 2016.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica – Vol. 4, IIIa Pars**. Campinas: Ecclesiae, 2016.
- ARISTÓTELES. **Metafísica: volume II**. Tradução de Giovanni Reale. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- BÍBLIA – *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Brasília: Edições CNBB, 2013.
- CONSTITUIÇÃO PASTORAL **GAUDIUM ET SPES**. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulinas, 2002.
- GILSON, Étienne. **Introdução às artes do belo – O que é filosofar sobre a arte?**. São Paulo, SP: É Realizações, 2010.
- NOUGUÉ, Carlos. **Da Arte do Belo**. Formosa, GO: Edições Santo Tomás, 2018.
- PRINCIVAL, Viviane. *O Admirável Segredo da Arte Católica* (transcrição). Disponível em: <<https://artesacrae.club.hotmart.com/lesson/97B0az5q4p/aula-1-apresentacao-do-curso>>. Acesso em 18 jun. 2021.
- SACROSANCTUM CONCILIUM. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.
- SCRUTON, Roger. **Beleza**. São Paulo: É Realizações, 2013.
- SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- WOJTYLA, Karol. **Carta do Papa João Paulo II aos Artistas**. 1999.